

# RELATO DE EXPERIÊNCIA: ESTRATÉGIAS DIDÁTICAS PARA REALIZAR TRABALHOS PEDAGÓGICOS SOBRE QUILOMBOS

Isabella Barbosa de Luna <sup>1</sup>

#### **RESUMO**

Este relato tem como base principal fornecer para os docentes diferentes possibilidades de estratégias didáticas, afim de melhorar o entendimento da cultura afro-brasileira. Com a promulgação da lei 10.639/03, que alterou a Lei de Diretrizes de Bases da Educação incluindo o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira nos currículos escolares do Brasil, percebeu-se uma ausência de práticas pedagógicas voltadas para o tema. Baseado em falas de professoras de escolas públicas na Região Metropolitana do Recife sobre as dificuldades de exercer trabalhos voltados principalmente sobre *quilombos*, termo destacado por Lourdes Carril em seus escritos sobre a longa busca da cidadania, o trabalho traz soluções para a execução de atividades que possam favorecer a aprendizagem dos alunos. Baseando-se no resultado positivo após a aceitação dos professores em agregar as estratégias a rotina escolar.

Palavras-chave: Educação Étnico-raciais, Formação de Professores, Quilombos.

## INTRODUÇÃO

No Brasil, desde o período da ocupação colonial, o processo de aculturação especialmente com os negros vindos da África, se configurou em diferentes retiradas de direitos básicos, tais como moradia e educação. A partir deste aspecto, a construção de *quilombos* foi dita por muito tempo como "refúgio" sobre as fugas que realizavam, para organizar lutas, esconderijos, afim de cessar os maus-tratos da escravidão. Segundo Gonçalves e Silva (2005), retomam a ideia sobre este grupo de afro-brasileiros, foram negados aos direitos básicos em relação aos brancos.

A falta de reconhecimento dos negros perpassa por anos, inclusive na própria organização escolar, onde esta, por muitas vezes se pôs de forma racista, privando-os de direitos básicos, excluindo-os do convívio social e só com muita luta e resistência pode aos poucos usufruir de alguns diretos Mas ainda nos dias atuais a luta continua, pois a posição de subalternidade a qual os negros foram colocados por anos tendo sua cultura como inapropriada ainda sobrevive no cenários educacional brasileiro como aponta CAVALLEIRO (1998), retratando o silenciamento dos docentes para assuntos que tratam da cultura afro-brasileira.

<sup>&</sup>lt;sup>1</sup> Pós-graduanda em Gestão Escolar e Coordenação Pedagógica. Graduada em Pedagogia na Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, belaesimba@hotmail.com



Mesmo com a promulgação da lei 10.639/03, que alterou a Lei de Diretrizes de Bases da Educação e incluiu o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira nos currículos escolares, apesar das pesquisas realizadas em pró da disciplina Educação e Relações Étnico-Raciais na Universidade Federal de Pernambuco; as falas dos professores apresentaram dificuldades sobre retratar o tema de quilombo no espaço escolar.

Observando esta dificuldade, o objetivo do presente relato foi descrever a experiência de intervenção, propostas para os docentes na Região Metropolitana do Recife. Durante as aulas de histórias, os professores puderam receber diferentes orientações sobre como abordar o tema quilombos em sala de aula.

#### **METODOLOGIA**

A pesquisa foi realizada na disciplina de Educação e Étnico-Raciais, uma disciplina eletiva (fora da grade curricular obrigatória do curso de Pedagogia), na Universidade Federal de Pernambuco, afim de recolher falas de professores na Região Metropolitana do Recife, a partir da pergunta norteadora sobre como esses docentes tratavam a temática de quilombos em sala de aula.

Com uma base de pesquisa qualitativa, em uma entrevista semiestruturada, com base nas descrições dos docentes, procuramos investigar os déficits ou não, baseando se existe efetivamente a implantação da Lei 10.639/03. Para facilitar o momento da entrevista, fizemos o uso da gravação das falas dos professores, a partir daí, iniciar uma intervenção com propostas pedagógicas para melhoramento ou, sugestões nas aulas.

#### **DESENVOLVIMENTO**

No Brasil a denominação de quilombo foi usada não apenas para determinar os escravos negros fugidos, mas índios e brancos pobres. Um dos quilombos mais conhecido é do Palmares, em Alagoas, formado por Zumbi dos Palmares. Os quilombos são sociedades que organizaram durante anos (até os dias atuais), com suas crenças, trabalhos, sempre com alguma hierarquia.

Os quilombos são subdivididos em duas categorias como aponta CARRIL (2006), no rural, a base é a preservação, buscando sempre reconhecimento, mas, de certa forma produz



excedentes para o mercado; já no quilombo urbano, produz mão-de-obra barata, a luta é travada com a base territorial marginalizada por ausência de investimentos.

Mesmo com a constituinte de 1988, impulsionada por movimentos negros, foi criado o artigo 68, que afirma sobre a inclusão deste preceito constitucional motivado como forma de reparar uma injustiça histórica cometida pela sociedade escravocrata brasileira contra o povo negro. Dessa forma, o direito ao território, motivando garantido na lei, a ocupação nos espaços políticos. Ressaltando que, nessa situação, foi voltado principalmente para o quilombo rural.

A dificuldade da permanência e resistência dos quilombos foi iniciado no final do século XIX, como o Brasil era apontado um país "mestiço", a questões raciais eram consideradas afrontadas, continuando uma invisibilidade durante anos. Somente com pesquisas realizadas em 1950, desenvolveram interpretações sobre a discriminação racial que pelas as desigualdades continuam na sociedade brasileira (CARRIL, 2006).

A partir desses estudos, possibilitou no processo de movimentos negros no Brasil para impulsionar as discussões sobre o racismo camuflado no Brasil, incluindo o quilombo como resistente em toda sua formação territorial e enquanto sociedade. O quilombo sempre apresentou uma organização política, com projetos, e, de certo modo, democrático por integrar diferentes povos (além dos negros). Conforme Carril (2006), retrata a maneira como o quilombo foi visto com marginalizado em todo seu percurso, com a sua identidade negativa em relação ao restante da sociedade, e refere-se o perigo para quanto á história ter essa representação distorcida de todo contexto de resistência, principalmente pela população negra. O que retoma a ressignificância da comunidade e sua união como território, identidade e cidadania. Assim, a partir do território fixo, constroem a sua identidade, reparando a exclusão.

Observando esse conteúdo como complexo e importantíssimo para a construção da formação do povo brasileiro, as aulas de história e geografia tende a ter uma defasagem no conteúdo de quilombo. Para superar essas necessidades essenciais para aprendizagem, maneiras diferentes de explicar essa organização, são como como agentes facilitadores para a assimilação dos alunos, que este, é o objeto principal na escola.

#### RESULTADOS E DISCUSSÃO

A experiência se deu no segundo semestre de 2017, a pesquisa com o objetivo de observar, relatar e propor aulas práticas para docentes em relação a suas dificuldades ou acrescentar assuntos voltados especificamente sobre quilombos.



Conforme, foram introduzidas em uma conversa, perguntas destinadas a 15 professores da Região Metropolitana de Recife, que desencadearam a análise. Sobre as falas dos docentes, foram observados a grande dificuldade do acesso a conteúdo que fogem do livro didático sobre quilombo, quando se trata, sempre é relatando apenas o Quilombo dos Palmares (este já extinto, mas muito emblemático em sua história), e, mesmo com o auxílio da internet, os professores consideram a ausência de distribuição de livros, jogos, que possam ajudar nas aulas. Sabemos que, a relação com essas novas propostas pedagógicas, está ligado com a capacitação de professores afim de trazer estratégias mais atuais ao tema.

Os professores A e D, apontam como racismo constitucional a falta de material, eventos apenas em datas comemorativas, falta de recursos para solicitação a visitação nos quilombos urbanos, próximos a comunidade. O silenciamento escolar, falta de atitudes e projetos antirracistas reforçam a sociedade preconceituosa e que falha na luta da cidadania.

A partir destes diálogos, foram propostas 10 propostas pedagógicas afim de suprir o déficit existente nas escolas sobre tratar sobre quilombos. Algumas delas foram o uso do jogo Minecraft para construção e organização do quilombo, o livro "O Brasil é um Quilombo" de Gaspar, oferece aos professores e alunos textos, reflexões sobre o tema, e o livro infantil "Alfabeto Quilombola" criado pela Comunidade Quilombola Baú e Federação N´Golo a fim de substituir o velho alfabeto descontextualizados com F de foca e A de avião por um material voltado as crianças quilombola. Com isso, descaracterizamos e construímos novos saberes sobre os quilombos, utilizando metodologias atuais para desenvolver uma aprendizagem mais concreta em relação a toda história de resistência dos *quilombos* no Brasil.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entendemos que a formação dos quilombos teve em todo seu percurso histórico, muita luta e resistência para manter "vivo" toda cultura, política, território e organização. Apesar do artigo 68 que afirma todo esse processo de fixação de terra, garantido por lei a cidadania, contemplando a cidadania, por muitas vezes os *quilombos* ainda precedem preconceitos e negligência em sua manutenção. A visibilidade é um fator de extrema importância para a permanência dessa comunidade.

A melhor maneira de incentivar e conscientizar esses processos vivenciados pelos quilombos, é que na escola os alunos tenham contato com esse conteúdo, explorando,



2019.

desenvolvendo maneiras de solucionar a emersão e respeito para os quilombolas. A lei 10.639/03 deve ser vivenciada a ponto de integrar todos os membros da escola e comunidade para inserir movimentos que solidifiquem e reconheçam a importância dos quilombos como símbolo de resistência.

Portanto, cabe aos professores idealizar propostas pedagógicas que auxiliem esse alcance a aprendizagem, superando preconceitos e vivenciando a cultura afro-brasileira. Em meio a esses almejos, deve-se lembrar da importância da capacitação desses profissionais para realizar um trabalho continuado, trazendo novas perspectivas em busca da cidadania.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Africanidades. **Alfabeto Quilombola**. Atividades. Fonte: Educação e Transformação. Disponível em <a href="http://koinonia.org.br/oq/uploads/arquivo/Alfabeto-Tel-19-04%20(1).pdf">http://koinonia.org.br/oq/uploads/arquivo/Alfabeto-Tel-19-04%20(1).pdf</a> Acessado em outubro de 2019.

BRASIL. Constituição Federal de 1988. República Federativa do Brasil. Brasília Senado Disponível Federal, Centro Gráfico, http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm. Acesso em 7 de setembro de 2018, ás 7hs. . Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n. 9.304/96. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/idb.pedf. Acesso em 11 de setembro de 2018, ás 15 hs. . Ministério da Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileia e Africana. Brasília: MEC, 2004. . *Lei nº 10.639*, *de 9 de janeiro de 2003*. Altera a lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-brasileira", e dá outras providências. Disponível Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/leis/2003/110.639.htm. Acessado em setembro de

CAVALLEIRO, Eliane. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil**. 1998. Dissertação (Mestrado em Educação) " Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998. p. 52.

CARRIL, Lourdes de Fátima B. **Quilombo, Favela e Periferia. A longa busca da cidadania**. SP: FAPESP/Annablume, 2006.

GASPAR. O Brasil é um Quilombo. [S. 1.]: Nova Espiral, 2014.



GONÇALVES, L.A.O. **Pensar a educação, pensar o racismo no Brasil.** In: FONSECA, M.V.; SILVA, C.M.N.; FERNANDES, A.B. (Org.). Relações étnico-raciais e educação no Brasil. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2011. p. 93-144.